

MISTÉRIO EVO FERNANDES

19
9
88
p.3
Séc.
Jb.



EVO FERNANDES:
MISTÉRIO
MANTÉM-SE

NOVAS PISTAS APONTAM PARA QUESTÕES ESTRATÉGICAS E DINHEIROS DA RENAMO

LISBOA—Manuel Jorge Pinto da Costa, presumível suspeito de envolvimento na morte do ex-secretário geral da Renamo, Evo Fernandes, está detido, em Lisboa, desde meados de Junho, segundo informação obtida junto de fontes policiais.

Pinto da Costa, que se encontrava preso em França e foi extraditado para Portugal ao abrigo de um tratado estabelecido entre os dois países, está detido, em regime de prisão preventiva, na Zona Prisional da Polícia Judiciária, à ordem do 4.º Juízo de Instrução Criminal (JIC), onde tem vindo a prestar declarações.

Contudo, e no que é considerado o procedimento habitual nestes casos, o nome de Pinto da Costa parece não constar ainda do ficheiro da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

Pinto da Costa, recorde-se, tinha sido preso em Paris, a 30 de Abril, depois de emitido um mandato de captura pelas autoridades

e que, presumivelmente, se encontra em França, a par da extradição de Manuel Pinto da Costa, poderão significar um novo impulso nas investigações conduzidas pela Polícia Judiciária, através da Direcção Central de Combate ao Banditismo (DCCB).

Entretanto, novos indícios apontam para a possibilidade de Alexandre Xavier Chagas e Joaquim Messias terem sido os autores do rapto do antigo dirigente da Renamo. Admitindo-se este cenário, Manuel Pinto da Costa teria sido, conforme foi salientado, o autor dos disparos que vitimaram Evo Fernandes.

PISTOLAS DIFEREM NOS CALIBRES

Esta possibilidade baseia-se no facto de Evo Fernandes ter sido atingido com tiros de pistola 6.35, o que, em princípio, excluía Alexandre Xavier Chagas, que adquirira poucos dias antes, duas pistolas de precisão de calibre 22, depois de obtida a respetiva licença.

A este propósito, recorde-se que logo após o aparecimento do corpo de Evo Fernandes e da divulgação dos nomes dos principais suspeitos envolvidos, fontes policiais apontaram para a probabilidade de Alexandre Chagas e de Joaquim Messias se terem ausentado de Portugal, num momento anterior à morte do antigo dirigente da Renamo.

No entanto, e segundo as mesmas fontes, as investigações só poderão avançar significativamente com o regresso a Portugal, dos dois detidos em Marrocos. E salientam que as autoridades policiais portuguesas não compreendem a demora que se verifica no processo de extradição dos dois detidos em Casablanca, adiantando a existência de um acordo total, neste sentido entre a polícia de investigação dos dois países.

Apesar de não existir qualquer contrato de extradição com Marrocos, é sabido que as autoridades deste país sempre afirmaram que esse facto não seria considerado um obstáculo às investigações, dadas as boas relações existentes entre Lisboa e Rabat.

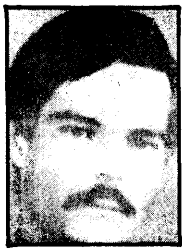
Deste modo, os atrasos registados no decorrer do processo são atribuídos a eventuais dificuldades surgidas ao nível político e diplomático. Fontes policiais previram mesmo que o processo de extradição de Alexandre Xavier Chagas e Joaquim Messias venha a sofrer demoras para além dos limites úteis.

M.N.E. DESMENTE DIFICULDADES

Contudo, esta possibilidade negada por fontes ligadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), que é a entidade responsável e competente para a transmissão do pedido de extradição. Segundo afirmaram, os dois detidos em Marrocos poderão chegar de um momento para o outro, uma vez que tudo decorreu conforme os trâmites legais.

Versão diferente é, no entanto, sustentada por fontes ligadas aos meios policiais, para quem, o Governo português poderia ter exercido pressão junto do Executivo e das autoridades marroquinas, no sentido de um rápido desbloqueamento da situação.

As mesmas fontes apontam ainda para a possibilidade do processo relativo aos dois detidos de Casa-



JOAQUIM MESSIAS

blanca, ter deparado com súbitas dificuldades provocadas pela mudança de atitude do Governo marroquino, sujeito, garantem, a pressões da Renamo e de alguns países africanos e europeus.

No processo relativo ao assassínio de Evo Fernandes existem vários aspectos, aparentemente, inexplicáveis.

Desde logo, e face ao desaparecimento do antigo dirigente da Renamo, coube à Direcção Central de Combate ao Banditismo (DCCB) a investigação do seu paradeiro. Posteriormente, o mesmo departamento da Polícia Judiciária foi encarregue de conduzir as investigações do homicídio, embora diante da descoberta de um cadáver não identificado tenha sido chamada a Secção de Homicídios.

Neste contexto, poder-se-ia questionar que, sendo a DCCB o organismo da PJ responsável pelo Combate ao Banditismo em Portugal, tenha sido pedida a sua cooperação e não a da Secção de Homicídios para proceder às investigações tendentes à descoberta dos criminosos. Se tivermos em linha de conta que se tratava de um crime praticado, presumivelmente, por cidadãos portugueses, na pessoa de um português e em território nacional natural seria que a Secção de Homicídios continuasse as investigações.

E insiste-se nesta circunstância porquanto é voz corrente nos meios policiais que a DCCB não apresenta as mesmas condições necessárias ao desenvolvimento das investigações, em matéria criminal, que a Secção de Homicídios.

Contudo, fontes policiais justificaram a passagem do «caso Evo Fernandes» para a DCCB com base no facto de se tratar de uma personalidade política e envolvendo um sequestro que, à partida, poderia apontar para um crime de natureza política, este sim, inserido no âmbito das competências da DCCB.

O INTERESSE DA DINFO E DO SIS

Recorde-se que, com origem nos departamentos policiais franceses, uma

das primeiras indicações deste caso sugeria a ligação de Manuel Pinto da Costa aos Serviços de Segurança moçambicanos (SNASP).

A sugestão francesa poderia, de alguma forma, explicar a actuação e o interesse manifestado pela Divisão de Informações Militares (DINFO) e pelo Serviço de Informação e Segurança (SIS), ambos serviços de informações portugueses, relativamente a este caso. Nomeadamente, no que se refere às declarações de Artur Janeiro da Fonseca, possivelmente o último elemento da Renamo a contactar Evo Fernandes vivo.

Mas, mesmo neste aspecto, poderão ser levantadas algumas interrogações sobre as actividades desempenhadas pela Dinfo e, sobretudo, pelo SIS. É público que o SIS tem dedicado uma grande importância ao controlo das actividades de opositores e organizações que combatem os regimes dos países africanos de língua oficial portuguesa, e que se movimentam, mais ou menos livremente, em Portugal.

A este propósito, bastaria referir os casos de Quebá Sembu, membro da delegação diplomática da Guiné-Bissau em Lisboa, que se entregou à polícia portuguesa e acusou as autoridades do seu país de procurarem eliminar, fisicamente, a oposição guineense

se existente em Portugal, ou ainda o caso do cidadão angolano, igualmente membro da delegação diplomática do seu país, que foi encontrado morto no Rio Tejo, próximo da ponte de Almeirim, em Santarém.

Para fontes ligadas à Renamo, a morte de Evo Fernandes encontraria algum paralelo no assassínio de um outro dirigente da organização, Orlando Cristina, ocorrido em 1983, perto de Pretória, capital sul-africana, em circunstâncias nunca esclarecidas.

Tanto Evo Fernandes como Orlando Cristina foram personalidades influentes, se não determinantes, na criação da Renamo, em 1986. Posteriormente, e durante alguns anos, Orlando Cristina foi o responsável pela parte militar, enquanto Evo Fernandes se encarregou das relações externas e da parte financeira da Renamo. Tanto um como outro eram frequentemente descritos como «dois dos mais irreduzíveis opositores a um eventual acordo de paz em Moçambique». Pelo menos, segundo garantiram, «enquanto não fossem satisfeitas algumas condições, nomeadamente, de ordem política».

Sobre este último aspecto, bastará recordar o papel desempenhado por Evo Fernandes, em 1984, durante as negociações tripartidas entre a Renamo, o Governo de Maputo e a África do Sul.



ALEXANDRE CHAGAS

portuguesas, em articulação com a Interpol, num processo semelhante ao desencadeado junto da Polícia marroquina e que conduziu à prisão, em Casablanca, de Alexandre Xavier Chagas e Joaquim Messias.

Os dois portugueses, presos em Marrocos desde 29 de Abril, e Manuel Pinto da Costa constituem o grupo dos principais suspeitos no rapto e da morte do antigo dirigente da Renamo, ocorrida em 21 de Abril, embora fontes dignas de crédito admitam a existência de um quarto elemento no grupo.

A existência deste novo elemento, ainda não detido